

economia - Brasil

ACM fala em aumento da CPMF

Senador, que era contra o aumento de impostos, admite a medida no pacote fiscal

Ruy Fabiano
de Brasília

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), admitiu ontem que o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pode ser uma das medidas constantes do ajuste que o governo está elaborando, em sintonia com sua base parlamentar. "Se isso ocorrer", ressaltou, "vai ser de forma provisória, apenas enquanto durar a crise".

Provocado a respeito do valor do aumento — alguém sugeriu que passasse dos atuais 0,2% para 0,25% —, ele respondeu: "Não posso falar pelo governo, pois de repente ele quer mais de 0,25%". As palavras do senador estimulam rumores, que ontem circularam no Congresso, de que, na repartição de medidas amargas entre os dois Poderes, caberia ao Legislativo a iniciativa de propor o aumento da CPMF. A proposta do Executivo, que o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), considera "madura" para ser votada imediatamente, estabelece apenas a prorrogação daquela contribuição, cuja vigência cessa em janeiro.

Antonio Carlos e Michel Temer confirmaram que têm mantido contatos freqüentes com a equipe econômica, em especial com o ministro



Antonio Carlos Magalhães

da Fazenda, Pedro Malan, e com o secretário-executivo do ministério, Pedro Parente, sobre o ajuste fiscal. Antonio Carlos disse que o primeiro passo nesse sentido deve se dar em torno de medidas que não exijam aumento de impostos. "Imposto é a última alternativa, mas não pode ser descartada. Entre o Brasil quebrar e aumentar impostos, é melhor aumentar impostos", ponderou.

O presidente do Senado informou que o governo cortará subsídios inclusivo do Norte e do Nordeste. "Os subsídios, com toda a certeza, serão repensados, pois todas as áreas têm de pagar algum preço para consertar o País". Ele defendeu a reestrutura-

ção dos órgãos públicos, citando especificamente a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que considerou "obsoleta". Manifestou-se também favorável à aplicação da reforma administrativa, que, na sua visão, não se resstringe à demissão de funcionários. Mencionou a necessidade de controle do Orçamento da União para o ano que vem e disse que o Executivo deveria fixar o teto de gastos de cada ministério e deixar que a distribuição fosse feita pelo Congresso. "Quem corta é o Congresso, que sabe quais são as prioridades. É aqui que vai se resolver o problema do Orçamento". Segundo ele, embora o presidente Fernando Henrique vá negociar cortes de gastos com os atuais e futuros governadores, o fórum dessa discussão é o Congresso.

O senador fez uma advertência: o ajuste fiscal não pode interferir na gestão dos estados, que "são autônomos e como tal vão continuar". A União, disse ele, pode discutir o destino dos seus recursos, mas não o das arrecadações dos estados.

Defendeu, no entanto, que a União regulamente o endividamento dos estados. Entre os instrumentos para esse fim, sugeriu que sejam mantidas as restrições às operações de Antecipação de Receitas Orça-

mentárias (ARO). "Num momento tão difícil, é óbvio que estados e municípios não irão buscar a ARO; quem o fizer estará agindo pior do que se fosse ao FMI", disse.

Apesar dessa menção pejorativa ao Fundo, o presidente do Senado disse que "o FMI, às vezes, se torna indispensável para alguns países, embora não seja solução agradável para nenhum". Antonio Carlos reiterou sua disposição de conversar com a oposição sobre o ajuste fiscal, mas já não pensa em procurar Lula e Brizola: "Se eu chamá-los e eles disserem que não vêm, cria-se um impasse antes da hora", ponderou.

Michel Temer, por sua vez, informou que convocará na próxima semana todos os líderes partidários para definir a pauta de votações na Câmara. Ele quer que as votações sejam retomadas no dia 27, na sequência imediata do segundo turno.

Ele estabeleceu três prioridades. A primeira é a votação dos destaques pendentes da reforma da Previdência, que quer ver concluída até o dia 4 de novembro. A segunda é a reforma tributária. Segundo ele, se a proposta for bem conduzida pelo governo, pode até ser aprovada ainda este ano, embora acredite que o mais plausível é que isso ocorra no início da próxima legislatura.

O andamento da reforma tributária, conforme explicou, "depende do tamanho do ajuste fiscal", que ficará determinado no plano trienal que o Executivo prometeu encaminhar até 15 de novembro. "Precisamos saber se é possível que as duas propostas caminhem juntas. O ajuste fiscal pode requerer inúmeras votações e negociações", observou.

A terceira prioridade citada por Temer é a reforma política, que, na sua avaliação, "só deverá começar a ser discutida ano que vem". O governo, disse ele, tem pressa nas duas primeiras reformas porque o que for aprovado em 1999 só poderá entrar em vigor no ano seguinte.

Colaborou Renata Veríssimo, do InvestNews